
O (novo) espaço público que a TV configura

Felisbela Lopes

A partir de Setembro de 2000, os canais generalistas portugueses integraram, em horário nobre, um tipo de programação (as designadas “novelas da vida real”) que alterou não só o modo de fazer jornalismo como contaminou outros géneros televisivos, reformulando, conseqüentemente, as fronteiras do espaço público mediatizado. Não se trata, como teremos a oportunidade de explicar, de um fenómeno que emerge do nada, mas que resulta da evolução de uma grelha que vinha sendo implantada desde o aparecimento das televisões privadas em Portugal. Nesta comunicação (que reflecte uma investigação desenvolvida num projecto de doutoramento actualmente em curso), pretendemos analisar que tipo de espaço público a televisão vem desenhando nesta última década, salientando alguns dos programas que, nesse tempo, ajudaram a construir essa configuração.

Não encontrando actualmente na família, na cidade, no trabalho ou nos credos religiosos pontes seguras que liguem o individual ao colectivo, o actor social necessita de outros elos que o situem nesta “sociedade individualista de massa” onde a comunicação entre as pessoas se torna cada vez mais difícil. A televisão assumir-se-ia como um lugar estruturante entre escalas e espaços, construindo e representando esse elo social entre as vivências individuais e as experiências colectivas. Muitos são os teóricos que conferem aos media em geral, e ao audiovisual em particular, um papel importante na configuração do espaço público nas sociedades pós-industriais. O sociólogo Dominique Wolton, que nas últimas décadas tem procurado situar a TV na contemporaneidade, defende que “há na sociedade várias ‘cenas’ e nada pior do que querer tudo tratar numa. Há um tempo e uma cena para cada situação social” (1997: 155). Acontece, porém, que a realidade é outra, como lembra Charo Lacalle. Hoje, a televisão “assume competências que tradicionalmente competiam a outras instituições: procura desaparecidos, denuncia corrupções políticas, investiga crimes, convertendo-se numa espécie de panóptico do mundo...” (2001: 21). Wolton, apesar de retirar à TV a responsabilidade de ser o único elemento estruturante do espaço público, acaba, no entanto, por lhe reconhecer poder para se assumir como um meio que desempenha aí uma influência não-negligenciável. Daí falar de um “*espaço público mediatizado*” cuja construção é tributária de um modelo de TV específica: a generalista.

Concentrando-se na “*vertente pública do indivíduo privado*” e na “*esfera privada do indivíduo público*”, os programas televisivos, nomeadamente os que elegem a realidade como ângulo de construção, alteram as fronteiras destes domínios que se diluem cada vez mais um no outro. Charo Lacalle (2001: 21-23) fala-nos da realidade construída pelo pequeno ecrã como uma “*cartografia virtual do espaço de representação*” que reconhece apresentar um desenho diferente da “*geografia do mundo*”, mas que reúne uma força de representação tal que suplanta o mundo empírico. Eis aqui um bom exemplo para os actos de linguagem que Benveniste designa por “*sui-referenciais*” que têm uma capacidade de se referirem a uma realidade que eles mesmos constroem. Jean-François Tétu (1993) também vê o campo dos media em termos de “*carta geográfica*” a qual, na sua perspectiva, difere da experiência ao nível do “*território*”. A des-territorialização dos acontecimentos necessária a uma re-territorialização dos mesmos noutros sistemas implicaria sempre uma certa “*distorção*”.

De Joshua Meyrowitz (1986) recolhemos também reflexões importantes para pensar o impacto da televisão em termos de espaço. Modificando as coordenadas espaciais do mundo empírico, a realidade que passa através do pequeno ecrã instala um “aqui” com um sentido diferente daquele que experimentamos no nosso dia-a-dia, baralhando a nossa percepção de espaço. Tendo permanentemente a sensação de “*ubiquidade espacial*”, o telespectador perde-se entre o “aqui” do programa e o “lá” onde a respectiva acção decorre. À proximidade física sucede, conseqüentemente, uma proximidade virtual da qual resulta uma comunidade cada vez mais global, que experimenta

progressivamente maiores dificuldades em permanecer presa a um lugar de origem e em traçar fronteiras entre aquilo que é público e o que pertence ao seu espaço privado. Neste dédalo, sobressaem, pela sua força e permanência, as propostas feitas pelo pequeno ecrã que impõe, deste modo, uma nova lógica de ordem social.

Se a televisão baralha a nossa ideia de espaço e de tempo, isso não a transforma num mundo autónomo. De todo. Se o pequeno ecrã (re) constrói uma certa ideia de sociedade, esse processo desenvolve-se a partir de tendências absorvidas na própria rede societal. Reflectindo sobre o novo desenho do espaço público mediatizado, Dominique Mehl (s/d: 12) defende que a actual diluição entre o domínio público e a esfera privada é mais reflectida pelas emissões televisivas do que suscitada por elas. Se a televisão expõe cada vez mais a vida íntima do cidadão comum, também a exposição da intimidade psíquica tem vindo a percorrer um caminho que a retira de zonas sombrias para a colocar em zonas mais iluminadas.

Hoje pensa-se que a exteriorização daquilo que é íntimo face a um outro interlocutor ajuda a estruturar o que nos é idiossincrático, enriquecendo-nos. Esta atitude encontra actualmente uma larga aceitação. Serge Tisseron fala mesmo na existência de uma “*extimidade*”, explicando esse conceito através do “*movimento que leva cada um a colocar a exteriorizar uma parte da vida íntima, física e psíquica*” (2001:52-3). Há nisso uma espécie de multiplicação de espelhos em relação à qual todos acreditamos conseguir visualizar melhor a nossa identidade. Já não é em modelos de reprodução social que encontramos a chave da nossa existência, mas em comportamentos pessoais através dos quais tentamos encontrar um rumo para uma vida que tenta escapar das convenções da sociedade.

Se os “espectáculos da realidade” que actualmente a televisão exhibe podem aumentar a estima e promover o sentimento de existir daqueles que os representam, essas emissões põem também em cena a incerteza que se apoderou do individualismo contemporâneo. Porque estamos cada vez menos fixados num lugar e cada vez mais dependentes de uma relação com os outros e conosco próprios, a interrogação sobre aquilo que nos rodeia é permanente. A confusão que se vive na justiça, na política, na ciência e na vida quotidiana está dentro, mas também está fora da televisão. Tal como Dominique Mehl, também julgamos que o pequeno ecrã pode ser visto como um reforço do actual “*duplo processo de privatização do espaço público e de publicitação do espaço privado*”. Disto resultaria aquilo a que esta socióloga chama uma “*televisão da intimidade*”, que mistura “*a erupção da palavra profana na cena pública*” e “*a valorização do testemunho privado*” (s/d: 8). José Luis Dader (1992: 163), que se dedica ao estudo desta problemática, também pensa que os *media* não actuam como contra-corrente da interpenetração dos espaço público e privado, antes aprofundam esta tendência, convertendo-se num “*motor estimulante desta inclinação*”.

Para pensar o modelo de sociedade que a televisão portuguesa absorve, mas também (re)configura, detemo-nos nos canais mais vistos (os generalistas) e, dentro deles, nos horários de maior audiência (os do horário nobre). Estando a estudar no projecto de doutoramento a informação televisiva não-diária na franja no “prime-time” entre 1993 e 2003, constatámos que uma das maiores modificações da oferta televisiva se situa no último trimestre de 2000, altura em que a TVI integrou um formato novo: “o Big Brother”, considerado pelo respectivo director, José Eduardo Moniz como “*a locomotiva da estação*” (entrevista ao “Expresso”, 20 de Janeiro de 2001). Não foi apenas no canal de Queluz que a revolução se deu. Ela estendeu-se a todos os canais generalistas. Todavia, convém não esquecer que este formato não nasceu do nada. Para trás, houve emissões que, de certa forma, lhe prepararam o espaço que ele veio a ocupar.

No entanto, foi a partir do “Big Brother” que as modificações foram mais visíveis. A partir daí, tudo parece ter mudado. A informação não-diária desapareceu do horário nobre das estações privadas; os “talk shows” transformaram-se em verdadeiros espectáculos da vida privadas dos cidadãos; a ficção nacional passou a integrar-se numa poderosa indústria, apresentando guiões muito próximos do quotidiano dos telespectadores; e os programas de entretenimento começaram a ser “novelas da vida real”. Nesta oferta televisiva dos últimos três anos, encontramos o mapeamento de um espaço público mediatizado cada vez mais privatizado. Talvez porque, acima de tudo, também

encontramos um domínio privado cada vez mais publicitado. É para esse desenho complexo, mas com algumas linhas demarcadoras precisas, que a nossa comunicação aponta.

No livro *Des miroirs équivoques*, escrito no início dos anos 80, Louis Quéré (1982: 101), influenciado por uma conjuntura de inovações tecnológicas ao nível da comunicação que permitem novas mediações, diz que “há razões para pensar que entramos hoje numa nova economia da representação ou num novo regime de regulação simbólica”, que arrasta consigo “um modo inédito de gestão da exterioridade simbólica”. Colocando de lado as teses que proclamam o “fim do indivíduo”, Quéré (1982: 114) fala-nos na constituição de um novo sujeito que, na sua perspectiva, se define “mais pelo seu poder de envolvimento e produção do que pela sua capacidade de reflexão e interpretação”. Esta “ruptura do espelho da representação” bem como o “declínio do sujeito reflexivo” arrastam formas de acção social diferentes, o que obriga a pensar o espaço público numa lógica diferente daquela que o constituía no passado. Pela nossa parte, também procuraremos explicar em que medida esta nova programação televisiva dos canais generalistas pode redesenhar o espaço público contemporâneo, não deixando, no entanto, de sublinhar alguns perigos que o excesso de mediatização da privacidade comporta.

Bibliografia

Dader, José Luis (1992) *El periodista en el espacio público*, Bosch, Barcelona.

Lacalle, Charo (2001) *El espectador televisivo – los programas de entretenimiento*, Gedisa Editorial.

Quéré, Louis (1995) “L’espace public comme forme et comme événement” in Joseph, Isaac (dir) *Prendre Place : espace public et culture dramatique*, Ed Recherches, Colloque de Cerisy.

Mehl, Dominique (s/d) *La Télévision de l’Intimité*, Col. Essai Politique, Seuil, Paris.

Meyrowitz, Joshua (1986) *No sense of place the impact of electronic media on social behavior*, Ed. Oxford University Press.

Tisseron, Serge (2001) *L’intimité surexposée*, Ed. Ramsay

Wolton, Dominique (1997), *Penser la Communication*, Flammarion.